

COMUNICAÇÃO POLÍTICA

INTERNACIONAL EM

TEMPOS INCERTOS: o

impeachment de Dilma

Rousseff nos discursos

brasileiros nas Nações

Unidas

INTERNATIONAL POLITICAL COMMUNICATION IN UNCERTAIN

TIMES: Dilma Rousseff's impeachment in
Brazilian speeches at the United Nations

COMUNICACIÓN POLÍTICA

INTERNACIONAL EN TIEMPOS

INCIERTOS: el impeachment de Dilma
Rousseff en los discursos brasileños en
las Naciones Unidas

Luciana Panke¹

Pedro Chapaval Pimentel^{2, 3}

RESUMO

Os discursos diplomáticos se configuram uma das manifestações políticas por excelência na comunicação política internacional. Tendo isso como pressuposto, o artigo apresenta o posicionamento do Brasil na Assembleia Geral da ONU entre 2014 e 2017 no que tange ao impeachment da ex-presidente, Dilma Rousseff

¹ Pós-doutorado em Comunicação Política na Universidade Autônoma Metropolitana (UAM-México). Doutora em Ciências da Comunicação (USP). Professora da Universidade Federal do Paraná na graduação em Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação. E-mail: lupanke@gmail.com.

²Doutorando em Administração pelo PPGADM-UFPR e mestre em Comunicação pelo PPGCOM-UFPR. Especialista em Relações Internacionais e Diplomacia pelo Centro Universitário Curitiba. Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas pela Universidade Federal do Paraná (2009) e bacharel em Administração pela FAE Centro Universitário. E-mail: cp.pedro@gmail.com.

³ Endereço de contato das autoras (por correio): Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Rua XV de Novembro, 1299 - Centro, Curitiba - PR, Brasil. CEP: 80060-000.

(PT). Como metodologia, optamos pela realização de Análise de Conteúdo (AC) para verificar as hipóteses: (H1) Rousseff estruturou os discursos como plataforma para angariar apoio da comunidade internacional; e (H2) Michel Temer (MDB) abordou o processo de impeachment como natural ao jogo democrático. Os resultados refutaram a primeira hipótese e confirmaram a segunda.

PALAVRAS CHAVES: Comunicação Política; Discurso Político; Discurso diplomático; ONU; impeachment.

ABSTRACT

Diplomatic addresses can be understood as a political act par excellence in international political communication. Assuming this as a presupposition, the article presents Brazil's positioning regarding the former president Dilma Rousseff (PT), in the UN General Assembly between 2014 and 2017. A Content Analysis was the methodology carried out to verify the following hypotheses: (H1) Rousseff structured her speeches as a means to garner support from the international community, and (H2) Temer approached the process of impeachment as something natural to the democratic game. The results refuted the first and confirmed the second hypothesis.

KEYWORDS: Political Communication; Political Speech; Diplomatic Address; United Nations; impeachment.

RESUMÉN

Los discursos diplomáticos se configuran una de las manifestaciones políticas por excelencia en la comunicación política internacional. El artículo presenta el posicionamiento de Brasil en la Asamblea General de la ONU entre 2014 y 2017 en lo que se refiere al impeachment de la ex presidenta, Dilma Rousseff (PT). Como metodología, optamos por la realización de un Análisis de Contenido (AC) para checar las hipótesis: (H1) Rousseff hizo los discursos como estrategia para recaudar apoyo de la comunidad internacional; y (H2) Michel Temer (MDB) se ha

referido al proceso de impeachment como natural al juego democrático. Los resultados refutaron la primera hipótesis y confirmaron la segunda.

PALABRAS CLAVE: Comunicación Política; Discurso Político; Discurso Diplomático; juicio político.

Recebido em: 02.01.2019. Aceito em: 05.03.2019. Publicado em: 01.04.2019.

Introdução

Os discursos diplomáticos são uma forma de comunicação política com potencial para reverberar mensagens de cunho estratégico para os países em questão. Isso se dá pelo fato de que quando um representante nacional está em uma tribuna para discursar, é esperado que fale em nome da nação, gerando repercussão na opinião pública. Afinal, esses líderes materializam o posicionamento de um país, a partir da legitimidade a eles outorgadas (HUNT, 2015; PANKE, 2010; WILLIAMS; YOUNG; LAUNER, 2012). Em tempos de incertezas políticas, que envolvem o equilíbrio e o desequilíbrio de democracias contemporâneas, urge a necessidade de avaliar como tais representantes se posicionam em processos políticos controversos e, muitas vezes, contestados em todo o mundo.

Entre esses fatos que ficaram conhecidos mundialmente, está o afastamento de Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores, PT) do cargo de Presidente da República no Brasil. Ocorrido em 2016, o impeachment vem recebendo diferentes enfoques nas pesquisas científicas. As análises pautam-se em discussões sobre a atuação de distintos agentes nesse processo, como é o caso da imprensa (BECKER et al., 2016), do empresariado nacional (BRAGA; MONTROSE, 2017), das redes sociais digitais (SOUSA, 2017), dos Poderes da República (DUARTE, 2017; NAPOLITANO, 2017; WASHINGTON-NICHOLS; CHAPAVAL-PIMENTEL, 2017) e de movimentos coletivos (OLIVEIRA, 2016). Todavia, no que tange à comunicação política, ainda são escassos os estudos que tratam de discursos diplomáticos (CARVALHO, 2011; GOMES, 2011; OLIVER, 1950; PIMENTEL, 2018), e em especial, aqueles que tratam desse gênero discursivo em um contexto de impedimento de uma presidente democraticamente eleita, isto é, na conjuntura pré e pós-impeachment.

Nesse sentido, a proposta deste artigo é relatar de que forma os presidentes brasileiros posicionaram o país na Assembleia Geral das Nações Unidas, fórum internacional hodiernamente mais representativo e do qual o Brasil possui participação ativa desde a sua fundação, em 1945. Para tanto, foi aplicada Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) em quatro discursos (PLANALTO, 2017; 2016; 2015; 2014) que envolvem o processo de impedimento de Rousseff: dois discursos que ocorreram antes e dois que ocorreram após o afastamento.

As hipóteses que levantamos são (H1) Dilma Rousseff apresentaria seus discursos como plataforma para angariar apoio da comunidade internacional contra o seu afastamento, e (H2) Michel Temer (ex-vice-presidente e sucessor no cargo) teria mostrado o processo de impeachment como algo natural ao jogo democrático e que, inclusive, demonstraria o amadurecimento da democracia brasileira ao longo da Nova República.

Para abordar o tema, dividimos o artigo em cinco tópicos. Após esta introdução, situamos as relações entre a comunicação internacional e os discursos diplomáticos na construção da imagem pública do Brasil nas Nações Unidas. Em terceiro momento, apresentamos de modo mais detalhado, a metodologia empregada nesta pesquisa. Então, trazemos os resultados da Análise de Conteúdo para, por fim, ponderarmos sobre as considerações finais.

2 A comunicação internacional e os discursos diplomáticos

Discursos diplomáticos são descritos como uma prática persuasiva baseada em postulados que defendem os interesses dos governos representados por seus oradores (CARVALHO, 2011). Entendidos como um dos gêneros que compõem os discursos políticos – juntamente com eleitoral, governamental, partidário, sindical – os discursos diplomáticos são estrategicamente formulados

para repercutir a imagem esperada de um país, gerando, inclusive, repercussões em várias áreas além da política, como a economia, a cultura, meio ambiente, desenvolvimento tecnológico.

Uma vez que discursos políticos podem ser vistos como a “manifestação pública e linguística, sobre a polis ou o espaço público, realizada por indivíduos, partidos, governos, sujeitos institucionais ou grupos organizados” (PANKE, 2010, p. 25), lembra-se que a polis era o espaço em que os cidadãos gregos conviviam e faziam política. Antes mesmo de Aristóteles trazer discussões acerca da retórica, já havia uma experiência da democracia naquele espaço. Ainda que o espaço de debate não fosse frequentado por todos, foi um dos primeiros passos para amparar discussões sobre política, a organização que conhecemos hoje por democracia e, ainda, as interações sobre a vida social. Conforme explicam Tallarido e Britto (2014), a política se fazia, naquela época, como a “atividade da administração da polis em favor da felicidade de seus habitantes, em uma visão de caminhar coletivo, de todos e para todos”.

A despeito do salto temporal, algo semelhante ocorre desde o início das primeiras experiências democráticas: o debate público, muitas vezes realizado por representantes. No caso do nosso objeto de estudo, a prática diplomática é realizada em um espaço coletivo de manifestação retórica. A Organização das Nações Unidas, doravante denominada simplesmente por ONU, é uma organização que surgiu com o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, tendo como objetivos harmonizar ações das nações a fim de manter a paz e a segurança internacional, e fomentar relações para solver questões econômicas, sociais, culturais e humanitárias (UNITED NATIONS, 1945).

Ainda que existam organizações internacionais cujo número de membros efetivos seja maior⁴, a ONU possui o maior número de Estados-membros em um ambiente cujas discussões e negociações tratam de questões de low e high politics⁵. Além disso, nenhum dos seus Estados-membros se retirou permanentemente da instituição desde o seu estabelecimento e a Carta das Nações Unidas é entendida por juristas e cientistas políticos como texto fundamental das relações internacionais (SARDENBERG, 2013).

Ao que tange à Assembleia Geral, um dos principais órgãos da ONU junto ao Conselho de Segurança (CS), do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), do Secretariado e da Corte Internacional de Justiça (CIJ), Sardenberg (2013, p. 19) menciona que ela é um dos seus principais órgãos e é considerada como uma espécie de “consciência do mundo” na qual se manifestam esforços para resolver problemas concernentes a todas as nações, mesmo aquelas que dela não fazem parte.

A ONU se estruturou de tal forma que os seus 193 Estados-membros tenham espaço e tempo para expor as suas ideias e para que conflitos possam ser resolvidos por meio do voto em seu Debate Geral, evento que recebe mais atenção da opinião pública mundial, sendo muitas vezes confundida com a própria Assembleia Geral. Neste ponto, a relevância da retórica é evidenciada, pois, uma vez que não há espaço para réplicas, o uso de estratégias discursivas adequadas se faz essencial para “resolver as situações conflitantes sem aniquilar fisicamente o adversário” (FIORIN, 2015, p. 26).

⁴ Caso da Federação Internacional de Futebol que possui 211 membros e do Comitê Olímpico Internacional, com 202.

⁵ Embora sejam conceitos maleáveis e de fronteiras questionáveis, optou-se por entender que temas de high politics tratam da soberania dos Estados (poder, guerra e paz), os de low politics de temas como bem-estar, justiça, meio ambiente, etc. (BEITZ, 1999).

Afinal, são relações de poder explicitamente colocadas a partir da articulação de práticas sociais e de discursos políticos que “atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e [...] não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso” (FOUCAULT, 2001, p. 101). Para Charaudeau (2006, p. 258) são os distintos contextos condição fundamental a um agente político tomar ações e comunicar “com estratégias ligeiramente diferentes, já que ele se encontra em posições de legitimidade diferentes”.

Assim, partimos do pressuposto que os discursos diplomáticos integram a disputa pelo poder, que por sua vez, está imbricado nas relações da comunicação política, e tomamos Oliver (1950) que explica três características principais dos discursos diplomáticos. Em primeiro lugar, a racionalização traz a ambiguidade e o espaço para autocontradição como necessários no caso de mudança de políticas e posicionamentos de governo. Um segundo aspecto é a despersonalização, pois o orador fala em nome de um governo e não de acordo com as suas próprias opiniões. E finalmente, esses discursos não são necessariamente conciliatórios, pois a linguagem utilizada pode ser brusca e dirigir a mudança de tal forma que o orador deve saber expressar exatamente o grau de hostilidade, amizade ou indiferença relativa a um governo a fim de lograr os seus objetivos.

Conseqüentemente, o julgamento público daquilo que é proferido pelas lideranças envolve a percepção de dois planos, um de realidade objetiva e tangível e outro de realidade subjetiva e intangível (WEBER, 2004). É na comparação entre eles que reside a credibilidade dos sujeitos políticos, isto é, a “capacidade de ratificar, publicamente, o acordo em torno de verdades e projetos” (WEBER, 2004, p. 261). Logo, é sob os auspícios da opinião pública,

entendida como a ação de grupos de interesse e pressão (ANDRADE, 1964), que ocorre a construção da imagem pública de um país, e a sua respectiva promoção internacional acaba por assumir crescente importância econômica, política, social e cultural, especialmente no contexto pós-globalização (DINNIE, 2008).

Essa noção coaduna com aquilo que Galicia (2010, p. 156, tradução nossa)⁶ diz a respeito da percepção do público, pois a “percepção é, então, a interação entre a identidade do emissor e a experiência daquela identidade reconhecida sob uma perspectiva subjetiva por parte do receptor”. Dito de outra forma, a credibilidade não diz respeito apenas a verdades e projetos sólidos, mas na percepção – abstrata – da própria identidade do sujeito político, ou seja, em sua imagem.

Ainda que a imagem pública seja vista como uma ideia construída sob distintos códigos de comunicação, entre eles imagens, textos, símbolos, por exemplo, conforme apresenta Panke (2016), justifica-se a escolha dos discursos diplomáticos para tais fins porque “a imagem pública, em sua substância, é uma entidade conceitual, decisivamente apoiada e construída sobre mecanismos enunciativos lingüísticos [sic]” (GOMES, 2004, p. 242).

Tendo o Brasil, status de participante ativo na instituição desde a sua fundação, reforçamos a importância dos seus discursos diplomáticos na ONU. Já na primeira sessão ordinária do Debate Geral, em 1946, o Brasil realizava seu pronunciamento, concomitante à eleição do embaixador brasileiro Oswaldo Aranha como primeiro presidente da Assembleia Geral. Pouco tempo depois, em 1949, o Brasil foi encarregado de proferir o primeiro discurso e, a partir da X

⁶ No original: Percepción es, entonces, la interacción entre la identidad del emisor y la experiencia de aquella identidad reconocida desde una perspectiva subjetiva, por parte del receptor.

Sessão Ordinária, em 1955, deu início à tradição de ser o primeiro Estado-membro a ocupar a tribuna (DAG HAMMARSKJÖLD LIBRARY, 2016).

A tradição oriunda da diplomacia do Barão do Rio Branco, que tratava da consolidação de uma identidade internacional e multilateral do Brasil, levou-o a participar “de grandes embates diplomáticos e, apesar das dificuldades internas que conheceu, soube, em momentos críticos, tomar posições” (SARDENBERG, 2013, p. 94). Desta forma, conforme destaca Corrêa (2007, p. 21), “a qualidade de Estado-Membro ativo e plenamente participante da ONU tornou-se parte indissociável da personalidade internacional do Brasil”.

Portanto, o contexto interno do país influencia, inevitavelmente, a postura na tribuna da ONU. As falas de Dilma Rousseff e Michel Temer durante a Assembleia Geral se distinguem desde o posicionamento ideológico, até a posição de fala de cada um. Enquanto Temer falava como presidente recém-alçado ao poder após o processo de destituição de sua antecessora, Rousseff trazia a perspectiva de uma presidente em vias de ser afastada do cargo. Tendo isso em mente, na seção seguinte apresentamos a metodologia adotada para nossa investigação.

3 Métodos de coleta e análise

Visando compreender de que forma o Brasil se posicionou, discursivamente na ONU, durante o momento de transição presidencial optamos por realizar uma Análise de Conteúdo (AC) dos discursos entre os anos de 2014 e 2017 (BARDIN, 1977; TRIVIÑOS, 1987; WEBER, 1990). Conforme explica Bardin (1997, p. 42), esta abordagem aplica técnicas “visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às

condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 1977, p. 42).

O recorte temporal, conforme explanado ao longo da contextualização se dá por dois motivos principais. Em primeiro lugar, o impeachment da então presidente Dilma Rousseff começou a ser exposto pela opinião pública ainda no contexto de sua reeleição em 2014 (PRAZERES, 2014). Em segundo lugar, o processo continuou trazendo desdobramentos políticos e jurídicos para o país ao longo do governo do sucessor de Rousseff, Michel Temer.

Uma vez que a análise de mensagens escritas é priorizada por ser “um material objetivo ao qual podemos voltar todas as vezes que desejarmos” (TRIVIÑOS, 1987, p. 60), a coleta da transcrição dos quatro discursos foi possível a partir do próprio site do Palácio do Planalto (2017; 2016; 2015; 2014), sendo que dois foram proferidos por Dilma Rousseff – 2014 e 2015 –, e os outros dois por Michel Temer – 2016 e 2017.

A abordagem delimitada para a aplicação desta AC foi a análise categorial/temática, realizada com a fragmentação do discurso textual em distintas unidades temáticas objetivando “descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, preocupando-se com a frequência desses núcleos, sob a forma de dados segmentáveis e comparáveis” (CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003, p. 08). Com isso, a escolha foi pela segmentação em parágrafos (WEBER, 1990).

Para sistematizar a análise, os indicadores de análise utilizados são oriundos de Pimentel (2018), cuja origem se deu a partir da adaptação das categorias temáticas propostas por Panke e Cervi (2011) visando o estudo dos

discursos diplomáticos⁷. As categorias utilizadas neste trabalho são as que seguem:

1. País: ênfase ao país do orador como protagonista das ações; ênfase à visão de mundo exposta em valores e ideias; interesse nacional e características do país; marcas retóricas relacionadas ao orador ou ao presidente; menções positivas a e uso de citações e ideias de líderes;
2. Nações Unidas: menções diretas à Organização das Nações Unidas (história, objetivos, valores, atuação, etc.) e aos principais órgãos, agências especializadas, presidentes da Assembleia Geral e secretários da organização (Secretário-Geral, Assembleia Geral, Conselho de Segurança, UNICEF, ONU Mulher, UNAIDS, etc.);
3. Cooperação Internacional: temas relacionados à existência ou à necessidade de diálogo, entendimento, integração ou cooperação entre nações (bi ou multilateral); interdependência entre nações; menções a organizações, blocos ou tratados regionais, inter-regionais ou internacionais (quando não ONU); globalização; multilateralismo;
4. Segurança Internacional: menções a guerras ou conflitos regionais ou internacionais (Guerra Fria; Balcãs; Oriente Médio; etc.); Operações de Paz; Terrorismo; crime organizado; acordos e tratados sobre controle de armas (ZOPACAS, OTAN, etc.);
5. Político Institucional: menções à autodeterminação dos povos; modelos de governo; movimentos populares; relações entre poderes; regimes e sistemas políticos; espionagem; eleições; descolonização; etc.

⁷ O rol de categorias propostas pelos autores é: Saúde, Educação, Segurança, Religião, Infraestrutura, Meio-ambiente, Economia, Político-sociais, Relações internacionais, Lula, Candidato, Desqualificação, Brasil.

6. Economia: temas relacionados à economia (protecionismo, subsídios, livre-comércio, crise econômica, políticas fiscal e monetária, desenvolvimento econômico e/ou sustentável, etc.); organizações internacionais e negociações (OMC, GATT, FMI, Rodada Doha, etc.); (sub) desenvolvimento econômico; acesso a e uso de tecnologia para o desenvolvimento;
7. Meio Ambiente: mudanças climáticas; efeito estufa; desmatamento; agricultura; acordos, convenções e tratados relativos ao tema (Protocolo **de** Quioto, Cúpula de Copenhague, Agenda para o Desenvolvimento, Rio 92, Rio+20, etc.); gestão da água, energia e saneamento;
8. Direitos Humanos: desenvolvimento social; bem-estar; fome; miséria; escravidão; tráfico de drogas e pessoas; aborto; imigrantes e refugiados; liberdade religiosa; menções a epidemias e pandemias (HIV, malária, ebola, etc.); esporte; lazer; cultura; uso da internet; educação; questões de gênero.

Com relação a essas categorias, destacam-se dois pontos. O primeiro deles é que elas servem como tipos ideais (WEBER, 1974), isto é, não são encontradas em sua forma pura ao longo de discursos, servindo para orientação da realidade e cuja classificação se deu pela ênfase em cada parágrafo. Em segundo lugar, e como consequência disso, as categorias foram adequadas de Panke e Cervi (2011) amparadas na leitura do corpus (PLANALTO, 2017; 2016; 2015; 2014) e da bibliografia sobre cada um dos temas, conforme desenvolvido por Pimentel (2018).

4 Análise de dados

Iniciamos esta parte do artigo apresentando o Gráfico 01, cujos dados apontam as categorias temáticas nos discursos de ambos presidentes. Como se poderá conferir, a categoria país foi predominante nos discursos de Dilma, enquanto os discursos de Temer pulverizaram as temáticas. Temer, inclusive, privilegiou o tema Nações Unidas, em detrimento de falar do Brasil. Após o gráfico abaixo, explanaremos a análise dos resultados.

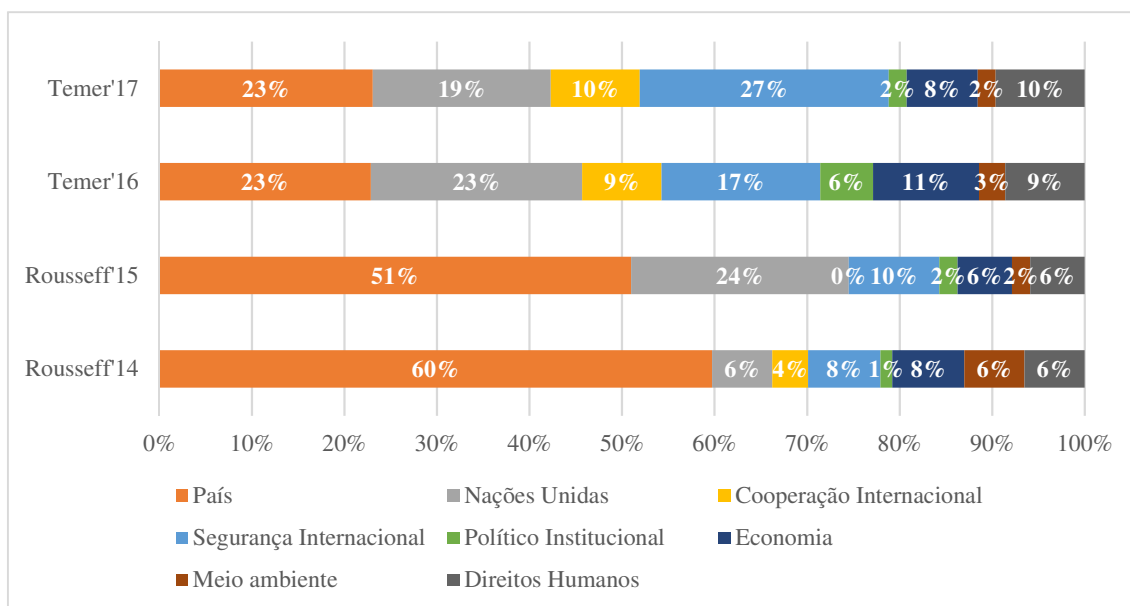


GRÁFICO 01 – CATEGORIAS TEMÁTICAS DOS DISCURSOS DE DILMA ROUSSEFF E MICHEL TEMER (2014-2017). FONTE: Os autores (2018).

Dilma Rousseff foi eleita à presidência da República como sucessora de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Ela foi

a primeira mulher a presidir o Brasil (2010-2016) e a abrir os trabalhos no Debate Geral da Assembleia Geral da ONU em 2011. Conforme apresentado por Panke (2016), a recém-eleita era conhecida por sua atuação como Ministra de Minas e Energia e Chefe da Casa Civil no governo de seu antecessor e já no início do seu governo a crise financeira global, que havia eclodido em 2008, alcançou a maioria dos países desenvolvidos.

Rousseff governou sob a sombra de um ex-presidente que deixou o cargo com alto índice de aprovação popular após dois mandatos consecutivos.

De igual maneira, a Copa das Confederações e a Copa do Mundo FIFA sediadas no Brasil em 2013 e 2014, respectivamente, foram resultado da influência do ex-presidente no cenário internacional, mas acabaram causando diversas manifestações desfavoráveis em inúmeras cidades brasileiras.

Em outubro de 2014, mês em que Rousseff foi reeleita, o país alcançou as menores taxas de desemprego de toda a história e a então presidente logrou tirar o país do mapa da fome. Contudo, as manifestações contrárias à sua reeleição se tornavam cada vez mais fortes, pois a despeito dos avanços do seu governo, a crise internacional finalmente aportava. Os resultados da Operação Lava-Jato⁸ e a insatisfação de diversos setores da sociedade influenciaram a realização de protestos contra a presidente e, por fim, na interrupção do seu segundo mandato em 2016, por meio do processo de impeachment. No cenário internacional, o mundo passava por diversos imbróglios que envolviam o maior deslocamento de migrantes da história (a crise dos refugiados), regimes políticos ao redor do mundo foram abalados por manifestações populares, escândalos de

⁸ Operação de investigação levada à cabo pela Polícia Federal, tinha como alegação de que as maiores empresas de construção civil superfaturaram contratos assinados com a Petrobrás. Os valores envolvidos no esquema foram destinados a executivos das empreiteiras e a políticos de diversos partidos.

corrupção e a ascensão de regimes de extrema direita. A crise financeira colocava em xeque os esforços de inúmeros países e aumentava a insegurança relativa à capacidade de tantos outros honrarem seus compromissos.

Neste contexto, conforme vimos no Gráfico 01, os dois discursos de Dilma Rousseff enfatizaram a categoria País, com 61% no primeiro ano (2014) e 51% no segundo (2015). No último ano do primeiro mandato de Rousseff, momento em que começavam os questionamentos à legitimidade do seu governo, a presidente utilizou mais da metade do tempo com a categoria País, alcançando a marca de 60% ao apresentar para os seus interlocutores que “é possível crescer, incluir, conservar e proteger” (ROUSSEFF apud PLANALTO, 2014, p. 6). No discurso de 2014, portanto, as conquistas e desafios do país foram nominalmente apresentados, caso da igualdade de oportunidades, o respeito aos Direitos Humanos, a eliminação da fome, a redução da mortalidade infantil e o combate à corrupção, um tema bastante custoso ao país.

Rousseff abordou aspectos da economia brasileira como a dívida externa, o PIB, os royalties do pré-sal, índices de (des) emprego e a inflação; sem esquecer dos avanços na área da educação, resultado de programas como o Ciência sem Fronteiras. Conforme mencionado, os escândalos de corrupção que emergiram foram colocados como aspectos positivos de seu governo, que estava realizando um “combate sem tréguas à corrupção” (ROUSSEFF apud PLANALTO, 2014, p. 7) por meio do desenvolvimento do aparato normativo e de ações efetivas.

Embora a temática Político Institucional tenha recebido pouca atenção em 2014, a presidente a relacionava com as iniciativas governamentais sobre a corrupção e afirmou que “só existe uma maneira correta e eficiente de combater a corrupção: o fim da impunidade com o fortalecimento das instituições que fiscalizam, investigam e punem atos de corrupção, lavagem de dinheiro e outros

crimes financeiros” (ROUSSEFF apud PLANALTO, 2014, p. 8). A existência da corrupção era apresentada ao mundo no sentido de fortalecer a imagem de um país que vinha trabalhando a fim de livrar o país daquele mal.

Em 2015, ano anterior ao afastamento de Rousseff, novamente destacou-se a categoria País, com 51% do discurso para as Nações Unidas. Desta vez, houve um crescimento no uso da temática Nações Unidas, que passou de 6 para 24%, muito em consequência da celebração do septuagésimo aniversário da organização, temática que teve as funções da ONU lembradas pela oradora.

Quanto às conquistas do seu governo, foram apresentadas questões ambientais, caso da emissão de gases e do uso de fontes de energia renováveis. As manifestações populares que levavam milhões de pessoas às ruas foram apresentadas como um aspecto natural da democracia: um país cuja abertura a mudanças e cujo confronto de ideias ocorria de forma civilizada e respeitosa. Rousseff (apud PLANALTO, 2015, p. 5), apresentava-se como a porta-voz do seu povo, falando na primeira pessoa do plural e afirmando que “Queremos um País em que o confronto de ideias se dê em um ambiente de civilidade e respeito. Queremos um País em que a liberdade de imprensa seja um dos fundamentos do direito de opinião. E a manifestação de posições diversas, direito de cada um dos brasileiros.”

Considerando o clima político e as manifestações que tomaram conta de diversas cidades do Brasil no período que envolveu os discursos de Rousseff e que dentre as principais demandas tinha o pedido de impeachment da presidente (WASHINGTON-NICHOLS; CHAPAVAL-PIMENTEL, 2017), uma explicação plausível para o destaque a categoria País é a estratégia retórica de apresentar que o copo ainda estava meio cheio. Figueiredo (et al., 2000) ilustra a apresentação de quaisquer situações utilizando a imagem de um copo como

referência, pois o orador pode apresentar uma perspectiva negativa, em que o copo estaria meio vazio, ou positiva, com o copo meio cheio.

Até aquele momento Rousseff trazia à ONU um país cuja situação político-institucional estava sob controle, e que as manifestações massivas eram anseios e expressões naturais do jogo democrático. Em 2015, contudo, a presidente começava a ventilar a tese de que havia um golpe em curso contra o seu governo, apresentando dentro dessa perspectiva o Brasil que o povo brasileiro, incluída a presidente, gostaria de viver.

Queremos um País em que os governantes se comportem rigorosamente segundo suas atribuições, sem ceder a excessos. Em que os juízes julguem com liberdade e imparcialidade, sem pressões de qualquer natureza e desligados de paixões político-partidárias, jamais transigindo com a presunção da inocência de quaisquer cidadãos. (ROUSSEFF apud PLANALTO, 2015, p. 5)

A partir dos discursos proferidos por Rousseff em 2014 e 2015, é possível apreender que o Brasil defendido pela então presidente é um país que sabia respeitar e desejava continuar respeitando procedimentos democráticos, de modo que as questões conflituosas seriam parte do jogo político, desde que fossem realizadas de forma pacífica e em respeito às instituições democráticas. Em linhas gerais, o Brasil foi ressaltado tanto como um país que havia realizado inúmeras conquistas nas áreas econômica, social, ambiental e política, quanto como um país que manejava seus problemas, como algo possível de superar. O impeachment que aparecia no horizonte da então presidente, contudo, foi citado não como uma forma de lograr apoio da comunidade internacional, ou um pedido de ajuda, mas como um aspecto natural de uma sociedade democrática, como algo valorizado por Rousseff.

Como resultado do conturbado afastamento da então presidente Dilma Rousseff, o seu vice-presidente, Michel Temer, herdou a presidência do país ainda em 2016. Com um plano de governo lançado antes mesmo do afastamento de Rousseff, no documento intitulado Uma Ponte para o Futuro e um discurso de posse vazado antes de sua ascensão, Temer exibiu as linhas que seguiria caso viesse a comandar o Brasil. A necessidade de um equilíbrio fiscal seria a razão para implementar diversas reformas – palavra-chave do governo Temer – favorecendo o retorno ao neoliberalismo (MARCELINO, 2016). Elementos que, de acordo com Singer e Loureiro (2016) demonstravam a derrocada do ciclo “lulista” da economia política.

Temer optou por proferir ele mesmo os dois discursos para a tribuna da Assembleia Geral, bem como a sua antecessora, Dilma Rousseff. Dessa vez, os discursos pulverizaram todas as temáticas. Apesar da ênfase à situação econômica em seu plano de governo, essa não foi a temática não foi a mais utilizada em seus discursos à Assembleia Geral da ONU, conforme apresentamos no Gráfico 01.

Ainda em relação às principais categorias de Temer, o uso de três delas foi bem próximo: País, com 23%, em ambos os anos, Segurança Internacional, com 17 e 27%, e Nações Unidas, com 23 e 19%, nos anos de 2016 e 2017 respectivamente. Todas as demais categorias temáticas ficaram à margem dos discursos recebendo abaixo dos 10% na média dos dois discursos.

Em 2016, no discurso de Temer, as principais conquistas do Brasil ao longo dos anos foram trazidas à tona, como é o caso do seu envolvimento com a ONU, da sua crença no diálogo entre as nações e nos princípios da organização; aspectos colocados como pontos relevantes e que fariam do Brasil um país capaz

de colaborar para a superação de impasses quanto à reforma da estrutura do Conselho de Segurança da ONU, por exemplo.

O orador ainda apresentou o processo de impedimento de Rousseff sob a ótica de um “compromisso inegociável com a democracia”, pois, para Temer, o país havia acabado de “atravessar processo longo e complexo, regado e conduzido pelo Congresso Nacional e pela Suprema Corte brasileira, que culminou em um impedimento. Tudo transcorreu, devo ressaltar, dentro do mais absoluto respeito constitucional.” (TEMER apud PLANALTO, 2016, p. 4). Entretanto, na ocasião, Temer foi alvo de protestos nas ruas de Nova York, cidade onde está localizada a sede das Nações Unidas. Da mesma forma, alguns Chefes de Estado e representantes de seis países da América Latina também deixaram o plenário da ONU e outros nem sequer entraram no recinto, caso da Bolívia, Cuba, Costa Rica, Equador, Nicarágua e Venezuela.

Era visível a necessidade de que a imagem de uma democracia consolidada ao longo dos anos, num processo que vinha sendo realizado desde o governo de José Sarney, não perdesse sua credibilidade diante de tantas denúncias de irregularidades e do alvoroçado processo de afastamento de Dilma.

Ainda assim, o que percebemos é que a questão de credibilidade no seu governo foi deixada de lado. Em seu segundo discurso, em 2017, o então presidente enfatizou a temática Segurança Internacional, com 27%, seguida das categorias País, com 23%, e Nações Unidas, com 19%. A ênfase à Segurança Internacional durante o seu segundo ano de governo pode ter sido realizada como uma estratégia retórica de trazer a atenção do público do orador à aspectos tradicionais da diplomacia brasileira cuja contestação da oposição seria nula. Diferentemente do que poderia acontecer se aspectos Político-Institucionais ou do próprio País estivessem em pauta.

O Brasil foi apresentado como um país de reformas, atravessando transformações e aberto ao mundo, com uma vocação diplomática “verdadeiramente universalista” (TEMER apud PLANALTO, 2017, p. 6). Vale contextualizar que a política executada pelo governo Temer, entretanto, suscitou dúvidas quanto ao seu sucesso e continuidade tanto interna, como externamente. A necessidade de apoio do Congresso fez o governo recuar inúmeras vezes nas propostas de reformas. As mudanças empreendidas por Temer suscitaram insatisfação, com, inclusive, denúncias relativas ao seu envolvimento em corrupção, promovendo, como consequência, pedidos de impeachment realizados pela oposição.

Em suma, o Brasil apresentado por Michel Temer na ONU, foi um país que passava por uma situação de normalidade, pois seria natural a existência e a necessidade de transformações. Houve um esforço por parte do orador para apresentar um país que vivia processos democráticos já previstos pela própria Constituição. Dessa maneira, quanto à segunda hipótese em voga nesta pesquisa, é possível confirmar que os discursos pós-impeachment trouxeram o processo de impeachment como algo natural ao jogo democrático, demonstrando o amadurecimento e avanços da democracia brasileira.

Considerações finais

Ao longo desta pesquisa foram abordados os discursos diplomáticos como um meio de comunicação política internacional que possui força para o fortalecimento do posicionamento da imagem pública de um país. Entendeu-se que no momento em que o representante nacional se coloca em algum púlpito, é o momento em que a opinião pública se volta para eles e o sujeito do discurso passa a ser a instituição que representa. Dessa maneira, em tempos de incertezas

como foi o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016, emerge a necessidade de estudar como tais representantes se posicionam frente à comunidade internacional. Nesse sentido, verificamos por meio desta pesquisa a escassez de estudos que aproximem discursos diplomáticos e o processo de impedimento de uma presidente democraticamente eleita.

Desta forma, objetivamos observar de que forma os presidentes brasileiros – Dilma Rousseff e Michel Temer - posicionaram o país na Assembleia Geral das Nações Unidas durante o período. Empregamos a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) em quatro discursos dos representantes brasileiros (PLANALTO, 2017; 2016; 2015; 2014) que envolveram o processo de impedimento de Dilma Rousseff.

A partir da Análise de Conteúdo, refutou-se a primeira hipótese de que Rousseff estruturou os seus discursos (2014-2015) como plataforma para angariar apoio da comunidade internacional contra o seu afastamento, uma vez que ela trouxe as manifestações contra ela e os debates legislativos em torno do tema como avanços da democracia. Também, a ex-presidente reforçou as ações empreendidas por seu governo no combate à corrupção. A segunda hipótese, por sua vez, foi confirmada, pois Michel Temer aproximou o processo de impeachment de sua antecessora como algo natural ao jogo democrático, demonstrando, tal qual Dilma Rousseff, o suposto amadurecimento da democracia brasileira.

A comunicação política internacional influencia diretamente as relações econômicas, culturais, ambientais, podendo tanto ampliar o diálogo com outros países, quanto afastar possíveis parcerias. Enquanto no governo Lula da Silva e de seus antecessores o Brasil se apresentava nas assembleias da ONU como um representante da América Latina e dos países em desenvolvimento, vimos que no

processo de afastamento de Dilma Rousseff, a política nacional foi destacada, mitigando, portanto, o Brasil do protagonismo diplomático na.

Avaliamos que este fato está relacionado diretamente com a excepcionalidade do momento de retirada de uma presidente eleita. Com isso, as falas diplomáticas internacionais apresentaram discretamente o problema, parecendo, inclusive, uma necessidade de silenciamento da questão a fim de gerar conflitos com outros países. Isso não impediu, como vimos, que parceiros da América Latina protestassem na tribuna com a saída de seus representantes do evento como protesto contra Temer na presidência. Na comunicação política internacional também vale a máxima de que o silêncio pode traduzir mil palavras.

Com essa pesquisa esperamos contribuir com os estudos de comunicação política. Em primeiro lugar, abrimos espaço para pesquisas sobre discursos diplomáticos, dada a sua relevância sob o prisma da comunicação internacional. E, em segundo lugar, propomos abordagens para tal objeto de estudo, uma vez que análises quantitativas ainda são escassas e que é possível comparar a fala de nações em diferentes governos, períodos e conjunturas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE. Mito e realidade da opinião pública. **R.A.E.**, n. 11, 1964.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BECKER, Camila; CESAR, Camila Moreira; GALLAS, Débora; WEBER, Maria Helena. Manifestações e votos sobre impeachment de Dilma Rousseff na primeira página de jornais brasileiros. **Revista Latinoamericana de Ciencias da Comunicación**, v. 13, n. 24, 2016.

BEITZ, Charles R. **Political theory and international relations**. New Jersey: Princeton University Press, 1999.

BETIM, Felipe. **Denúncia contra Temer x impeachment de Dilma**: o que é mais grave, pedaladas ou corrupção? El País, São Paulo, 28 jun. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/27/politica/1498593857_443254.html>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRAGA, Sergio; MONTROSE, Edilson. **Do questionamento da política econômica do governo Dilma à campanha pelo “Impeachment Já”**: a ação política das frações empresariais brasileiras nas mídias sociais na conjuntura recente. In: NAPOLITANO, C. J., VICENTE, M. M.; SOARES, M. C. (org.) Comunicação e cidadania política. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; GONÇALVES, Carlos Alberto. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. **Organizações Rurais & Agroindustriais: revista eletrônica de administração**, Lavras, v. 6, n. 1, p. 69-85, jan.-jun. 2003.

CARVALHO, Evandro Menezes de. **Semiotics of International Law**. Trade and Translation. Law and Philosophy Library 91. Dordrecht; Heidelberg; London; New York: Springer, 2011. DOI 10.1007/978-90-481-9011-9

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso político**. In: EMEDIALO, W.; MACHADO, I.; MENEZES, W. (Org.). Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

DAG HAMMARSKJÖLD LIBRARY. **Who is the first speaker in the annual general debate of the General Assembly?**. 21 set. 2016. Disponível em: <<http://ask.un.org/faq/14451>>. Acesso em: 07 ago. 2017.

- DINNIE, K. Nation Branding. **Concepts, Issues, Practice**. Oxford: Elsevier, 2008.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. Valores cívicos e morais em jogo na Câmara dos Deputados: a votação sobre o pedido de impeachment da Presidente da República. **Religião & Sociedade**, 37(1), 145-166, 2017. DOI: 10.1590/0100-85872017v37n1cap08
- FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 16 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- GALICIA, Javier Sanchez. **Treinta claves para entender el poder**. México: Piso 15: 2010.
- GOMES, A. de T. Análise do discurso e relações internacionais: duas Abordagens. **Revista Política Hoje**, v. 20, n. 2, 2011.
- GOMES, W. A política de imagem. In: GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.
- HUNT, Alan. Public Diplomacy – What it is and how to do it. **Geneva**: United Nations Institute for Training and Research (UNITAR), 2015.
- MARCELINO, F. **Temer e sua ponte para o passado**. 2016. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/brasil/temer-e-sua-ponte-para-o-passado/>>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- NAPOLITANO, Carlo José. **O Supremo Tribunal Federal na crise do impeachment**: o diálogo com a sociedade civil. In: NAPOLITANO, C. J., VICENTE, M. M.; SOARES, M. C. (org.) **Comunicação e cidadania política**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.
- OLIVEIRA, Hebe Maria Gonçalves de. Retrato das manifestações de rua no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff a construção da opinião pública pela mídia privada brasileira. **Revista Pauta Geral-Estudos em**

Jornalismo, Ponta Grossa, vol. 3, n. 2, p. 83 -96, Jul/Dez 2016. DOI:
10.5212/RevistaPautaGeral.v.3.i2.0005

OLIVER, Robert T. **The speech of diplomacy as a field for research**, Central States Speech Journal, 1:2, 24-28, 1950. DOI: 10.1080/10510975009362261

PANKE, Luciana. **Campanhas eleitorais para mulheres: desafios e tendências**. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

_____. Lula do sindicalismo à reeleição. **Um caso de comunicação, política e discurso**. Guarapuava: Unicentro; São Paulo: Editora Horizonte, 2010.

PANKE, Luciana; CERVI, Emerson U. Análise da Comunicação Eleitoral: uma proposta metodológica para os estudos de HGPE. **Revista Contemporânea**. V. 9. N. 3, p. 390-403, 2011.

PIMENTEL, Pedro Chapaval. **Qual Brasil os representantes brasileiros levam para as Nações Unidas? Os discursos diplomáticos na abertura da Assembleia Geral (1985-2017)**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). 174 f. – Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

PLANALTO. **Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Abertura da 70ª Assembleia-Geral das Nações Unidas** - Nova Iorque/EUA. 2015. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-abertura-da-70a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

_____. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate de Alto Nível da 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU)**. 2014. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da>>

republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-de-alto-nivel-da-69a-
assembleia-geral-das-nacoes-unidas-onu>. Acesso em: 31 jan. 2017.

_____. **Discurso do Presidente da República, Michel Temer, na Abertura do Debate Geral da 72ª Sessão da Assembleia Geral da ONU.** 2017. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-na-abertura-do-debate-geral-da-72o-sessao-da-assembleia-geral-da-onu>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

_____. **Pronunciamento do senhor Presidente da República, Michel Temer, durante abertura do Debate Geral da 71ª Assembleia Geral das Nações Unidas** - Nova York/EUA (20min19s). 2016. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-senhor-presidente-da-republica-michel-temer-durante-abertura-do-debate-geral-da-71a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-eua>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

PRAZERES, Leandro. **Dilma chama insinuações sobre impeachment de golpistas.** UOL, Porto Alegre, 25 out. 2014. Disponível em: <https://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/25/dilma-chama-insinuacoes-sobre-impeachment-de-golpistas.htm>. Acesso em: 22 set. 2018.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. **O Brasil e as Nações Unidas.** Brasília: FUNAG, 2013.

SINGER, A.; LOUREIRO, I. (Orgs.). **As contradições do lulismo:** a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016.

SOUSA, Thaís Jamilla Travassos. **O discurso do impeachment:** mecanismos enunciativos e papéis sociais dos interlocutores no Twitter. Trabalho de

Conclusão de Curso (Graduação em Letras/Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Monteiro, 2017.

TALLARICO, Rafael; BRITTO, Sirlei (orgs.). **História da Filosofia Ocidental: Da Pólis Grega ao Estado de Direito Contemporâneo**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNITED NATIONS. **Charter of the United Nations and Statute of The International Court of Justice**. São Francisco, 1945. Disponível em: <<https://treaties.un.org/doc/publication/ctc/uncharter.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

WASHINGTON-NICHOLS, Bruno; CHAPAVAL-PIMENTEL, Pedro. Impeachment e imagem pública: uma análise do discurso vazado de Michel Temer. **Revista Internacional de Relaciones Públicas**, n. 13, v. 7, p. 41-60, 2017. DOI 10.5783/RIRP-13-2017-04-41-60

WEBER, Maria Helena. Imagem Pública. In: RUBIM, Antônio. **Comunicação e política, conceitos e abordagens**. Salvador: Editora UFBA, 2004. p. 259-308.

WEBER, Max. **Ensaios de sociologia**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

WEBER, Robert Philip. **Basic Content Analysis**. 2. ed. California: SAGE Publications, Inc., 1990.

WILLIAMS, David C.; YOUNG, Marilyn J.; LAUNER, Michael K. **A Methodology for Analyzing Political Speech: Western Approaches to Rhetorical Theory**.

Гуманитарные науки. Humanities & Social Sciences. Siberia, v. 5, n. 12, p. 1744-1752, 2012. Disponível em: <<http://elib.sfu-kras.ru/handle/2311/3234>>. Acesso em: 24 mar. 2017.